

Começa o teste do orçamento

A primeira reformulação que o Congresso Nacional deverá fazer no orçamento da União para 1989 é reincluir as verbas do programa de subvenções a entidades sociais que, desde 1948, são distribuídas por deputados e senadores. O programa foi eliminado na Operação Desmonte com o objetivo de, ao lado de outros cortes, reduzir o déficit público a 2% do PIB em 1989, estabelecido como meta em acordo com o FMI. A comissão Mista de Orçamento do Congresso, instalada ontem, vai rever este e outros cortes, discutir prioridades e inovações.

A comissão tem inteira liberdade para modificar o orçamento, sem nenhum compromisso com os planos ou políticas do governo. Os 60 parlamentares que a integram sentem-se descomprometidos com a redução do déficit, com a indexação, ou qualquer outra inovação do orçamento, embora o senador Almir Gabriel, relator da Comissão, tenha assegurado "o compromisso com a estabilidade econômica do País". O presidente do grupo, deputado Cid Carvalho, afirma que o "orçamento é um instrumento da Nação e não do Poder Executivo". E explica a importância das subvenções, por exemplo, que caíram na Operação Desmonte: "Os deputados e senadores contam com isto para atender a uma grande área política; milhares de instituições assistenciais, educacionais e sociais também contam com isto. O Congresso tem que interferir nestes casos".

O deputado Eraldo Tinoco lembrou, até, que há milhares de entidades com processos no Ministério da Justiça aguardando deliberação para receber subvenções. Walmor de Luca pediu que fosse quebrado o sigilo na distribuição dessas subvenções e João Agripino quis saber se elas serão reintegradas ou não ao orçamento. Em sua sessão de instalação, a comissão — integrada por 15 senadores e 45 deputados, dos quais 20 estavam presentes, apesar do recesso branco do Congresso — começou a discutir o seu regimento interno, normas que deverão estar concluídas até o dia 14, quando a mensagem sobre o orçamento será oficialmente no Con-

gresso e os relatores poderão começar a analisá-la, por áreas, recebendo emendas. Dessas normas internas, pelo menos 18 dispositivos regulam a concessão de subvenções e a análise de emendas sobre elas, o que indica a certeza de sua reinclusão no orçamento. Até o dia 15 de dezembro o orçamento estará votado.

Transferência de verbas

Só existem dois limites impostos ao Congresso pela nova Constituição: não podem ser alteradas as dotações de pessoal e serviço da dívida, além das transferências tributárias para Estados, municípios e Distrito Federal. Os ministérios militares, poupados na Operação Desmonte, terão outro tratamento no Congresso, a julgar pela declaração do deputado Cid Carvalho: "A comissão tem autonomia para remanejar verbas, e estes não são ministérios de ocupação". A comissão poderá transferir verbas de um ministério para outro, cancelar programas empregando as dotações em outros e até criar despesas, desde que aponte a receita correspondente. "Se considerarmos que a situação nacional exige mais recursos, será possível indicar a criação de receita através de impostos. A comissão estará atenta também para qualquer ato que revele uma receita subestimada."

O relator da comissão, senador Almir Gabriel, chama a atenção para um aspecto do orçamento que deverá merecer cuidados redobrados dos parlamentares: a indexação introduzida como uma característica específica de programas que visam conter o déficit. Analisará também com lentes de aumento os excessos de arrecadação, que dão liberdade de ação ao Executivo mas que podem ser um excesso apenas nominal.

"A comissão não se antepõe ao Executivo, não tem *part pris*. Vamos discutir as opções políticas que o orçamento traduz" — afirma Gabriel. Quanto à reposição de programas que foram cortados, como o das subvenções distribuídas por parlamentares, os recursos tanto poderão vir de projetos cancelados pela comissão como também da reserva de contingência — prevê Cid Carvalho.



Instalada ontem, a comissão vai votar até 15 de dezembro.

André Dusek